

DIFICULDADES

Unidade do Indea em Tangará sofre com problemas estruturais

>> **Paulo César Desidério**
Redação DS

A unidade do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea) em Tangará da Serra tem operado em extremas dificuldades. A informação foi repassada por usuários que dependem dos serviços da autarquia e procuraram a reportagem do DS para falar sobre as condições do prédio localizado na Rua Julio Martinez Benevides, no Centro.

Um produtor rural que preferiu não se identificar relatou a situação que enfrenta todas as ve-

zes que precisa utilizar os serviços do Indea.

“A gente vem e às vezes não tem papel higiênico no banheiro, não tem café porque os funcionários tem que trazer de casa para fazer. O próprio prédio para ficar esperando é desconfortável, ainda mais em época de campanha de vacinação contra a aftosa, lota bastante, não tem lugar para todo mundo, é pequeno o espaço de atendimento. É bastante complicado”, disse, ao salientar que o prédio é antigo e não passa por uma reforma há anos.

O representante oficial do Indea em Tangará da Serra, Samuel Francisco, encontra-se em li-

cença e, ao serem procurados pela nossa equipe, nenhum dos servidores quis se manifestar. No entanto, as informações foram confirmadas, inclusive com relatos de problemas nas partes elétrica e hidráulica do prédio, como por exemplo fiação defasada e infiltrações que chegaram a molhar arquivos da autarquia.

Por telefone, buscamos contato por diversas vezes com a diretoria do Indea em Cuiabá, porém, fomos informados de que o Presidente Guilherme Nolasco estaria em reunião e até o fechamento desta edição, não obtivemos pronunciamento oficial.



Prédio inaugurado em 94 urge por reforma; usuários reclamam

NESTE MÊS



Decisão da Aneel atinge todas as distribuidoras de energia elétrica no país.

Redução por cobrança indevida será repassada

>> **Viviane Petroli**
Agro Olhar

As contas de energia elétrica no mês de abril virão com 13,17% de redução em Mato Grosso, segundo a Energisa, em decorrência a cobrança indevida de energia atrelada à usina nuclear de Angra III em 2016. O decréscimo é uma determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O ajuste é referente à revisão de valores pagos a mais em 2016 pela parcela do Encargo de Energia de Reserva (EER) correspondente à contratação da energia da usina de Angra III. Tal valor foi arrecadado mensalmente pelas dis-

tribuidoras de energia elétrica nas contas de luz e repassado integralmente à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao longo do ano passado.

A Energisa ressalta “que a percepção da redução tarifária nas faturas dos consumidores se dará de acordo com os ciclos de leitura e faturamento de cada um, podendo levar até dois meses para se completar”.

Ainda de acordo com a Energisa, “Esse impacto também dependerá das variações da alteração da cor da bandeira tarifária que, a partir de abril, conforme anúncio feito pela agência reguladora, sai de amarela para a vermelha”.

REUNIÃO

Decisão do STF sobre Funrural preocupa produtores da região



Reunião debateu sobre o assunto no Sindicato Rural de Tangará da Serra

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de considerar que o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) está de acordo com a Constituição, passou a preocupar produtores rurais de vários municípios do país, e o clima na região de Tangará da Serra não é diferente. Na noite dessa segunda-feira, dia 03 de abril, o Sindicato Rural de Tangará da Serra sediou um encontro que reuniu produtores de algumas cidades vizinhas, onde debateram juntamente com representantes da

Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso (Aprosoja) e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato) a respeito das consequências negativas na economia que a decisão poderá ocasionar no cenário rural do país, se caso for mantida.

De acordo com o presidente do Sindicato Rural, Reck Júnior, a cobrança do Funrural deverá impor uma dívida bilionária a produtores rurais de todo o Brasil. “Já faziam quase seis anos que tínhamos uma liminar a qual nos dava o direito de não pagar esse imposto. Se mantido, isso vai impactar não

só aqui na nossa região, mas também em todo o nosso país, pois serão cerca de cinquenta bilhões de reais que sairão das mãos dos produtores do Brasil, virando tributo. Nós não aguentamos mais, pois são tantas cargas tributárias que temos e pouco retorno do serviço por parte do setor público”, enfatizou o presidente, destacando que empresários e trabalhadores rurais deverão se mobilizar, se caso a decisão for mantida.

Segundo o vice-presidente do Sindicato Rural, Clóvis Félix de Paula, a cobrança do Funrural incide para toda a cadeia produtiva, inclusive na agricultura e pecuária. “A

gente enxerga como uma notícia ruim, porque agora após uma votação apertada no Supremo [seis votos favoráveis contra cinco contrários], foi decidido pela constitucionalidade da cobrança, pegando o setor de surpresa”, reclamou. O presidente da Famato, Normando Corral, afirmou que após a publicação do acórdão sobre a decisão, autoridades do Estado tomarão as medidas cabíveis buscando por consenso. “No reunimos para falar sobre essa decisão, sendo que um acórdão deverá ser publicado no prazo de dez dias. Após isso, vamos analisar o caminho que vamos seguir”, concluiu Normando.